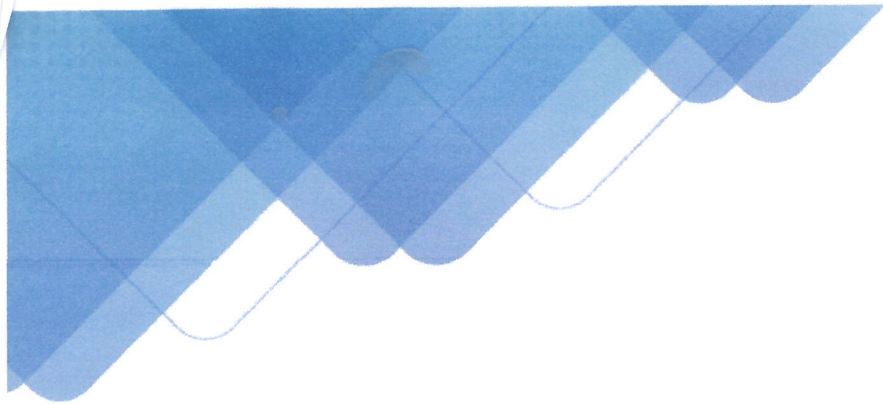
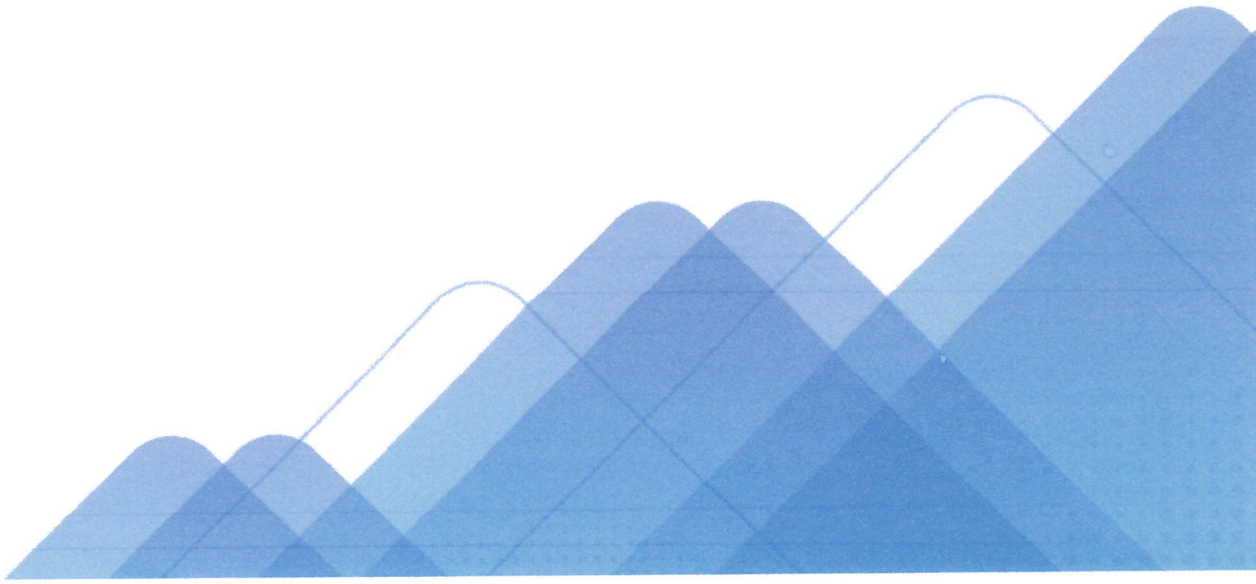




POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

Diretrizes de Investimento



GESTÃO 2025/2028

PREFEITO - SHYDNEY JORGE ROSA

VICE-PREFEITO - ALDO TARTARI

GESTORES RPPS

PRESIDENTE - CARMELINA FELIX DE MORAES BRANDÃO

DIR. ADMINISTRATIVO - FRANCISCO LIRA MORORO

DIR.TÉCNICO - WANDERLINEKER LOPES OLIVEIRA

DIR.FINANCEIRO - VANNUCCI SANTOS CRUZ OLIVIERA

CONSELHO ADMINISTRATIVO

EDNALDO COLARES DA SILVA- PRESIDENTE

HEIDIANE SILVA DE ARAUJO FERREIRA

ELIS SANDRA MORAIS PINHEIRO

RAYDSON VIEIRA DA CUNHA

DANILO DOS SANTOS ANANIAS

DÁRIO BARBOSA PINHEIRO

CONSELHO FISCAL

EDILENE NUNES SOUSA COSTA- PRESIDENTE

MARIO TITO RODRIGUES DE CASTRO

MARIA LEIDIANE FREITAS MORAES

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

CARMELINA FELIX DE MORAES BRANDÃO- PRESIDENTE

DÁRIO BARBOSA PINHEIRO-MEMBRO

EDILENE NUNES SOUSA COSTA-MEMBRO

Sumário

1. Introdução	1
2. Objetivos	1
2.1 O Conselho Deliberativo	1
3. Cenário Econômico.....	2
4. Diretrizes de Alocação dos Recursos	3
4.1 Segmentos de Aplicação.....	5
4.2 Objetivos da Gestão da Alocação	6
4.3 Faixas de Alocação de Recursos.....	6
4.3.1. Segmento de Renda Fixa:	6
4.3.2. Segmento de Renda Variável:	6
4.3.3. Segmento de Investimentos no Exterior:.....	6
4.3.4. Segmento de Investimentos Estruturados:.....	6
4.3.5. Segmento de Fundos Imobiliários:	6
4.3.6 Empréstimos Consignados:.....	7
4.4. Metodologia de Gestão da Alocação	7
4.5. Níveis do PRÓ-GESTÃO	8
5. Diretrizes para Gestão dos Segmentos	8
5.1 Metodologias de Seleção dos Investimentos	8
5.2. Segmentos de Renda Fixa.....	8
5.2.1. Tipo de Gestão	8
5.2.2. Ativos Autorizados	8
Tabela 1. Quadro Resumo das Aplicações e Limites. Resolução CMN 5.272/25.....	9
Tabela 2. Quadro Resumo das Aplicações Versus Níveis do Pró-Gestão. Resolução CMN 5.272/25.....	10
Tabela 1. Quadro Resumo das Aplicações e Limites. Resolução CMN 4.963/21.....	11
6. CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE ADMINISTRADORES & GESTORES	12
6.1. Em relação à instituição financeira (administrador e gestor do fundo de investimento):	13
6.2. Em relação ao fundo de investimento:.....	13
6.3. Requisitos Finais para o Credenciamento	14
6.4. Observações:	14
7. GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO – NÃO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	14
7.1 GESTÃO DO RISCO DE MERCADO.....	15
7.2 GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ.....	15
8. INVESTIDOR QUALIFICADO / INVESTIDOR PROFISSIONAL – Portaria MTP 1.467/2022 – Artigos 137 a 140	16
ANEXO I – COMPARATIVO RESOLUÇÃO 4.963/21 Versus 5.272/25 - DE: PARA.....	17
ANEXO II.....	20

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO – DPIN - ESTRATEGIA DE INVESTIMENTOS 2026 - PREENCHIMENTO E ENVIO VIA CADPREV DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20
377.931.310,38	22
Anexo III – Carteira	23
.....	23

DIRETRIZES DE INVESTIMENTO

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais

Política de Investimentos 2026

Resolução CMN 5.272 de 18 de Dezembro de 2025

“As aplicações de recursos nos segmentos de investimento definidos nesta Política de Investimentos deverão ser objeto de aprovação prévia na Instância Superior do Regime Próprio de Previdência Social.”



Carmelina Félix de Moraes Brandão
CP RPPS CGINVI: 749543219792901

1. Introdução

Atendendo à legislação vigente aplicável aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, especialmente à Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025 e a Portaria MTP 1.467 de 02 de junho de 2022 (texto consolidado), e demais normas correlatas, o Regime Próprio de Previdência Social, por meio de seu Conselho Deliberativo, apresenta a versão revisada de sua Política de Investimentos para o exercício de 2026, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação.

Trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município utilizado como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visar à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos.

2. Objetivos

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do RPPS em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes. O presente documento busca se adequar às mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais órgãos envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos. Tratará, ainda, o presente documento da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da Carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no período de 02/02/2026 a 31/12/2026.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, estruturados e exterior) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos e indexadores, visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado. Sempre será considerada a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

2.1 O Conselho Deliberativo

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 5.272/2025, incluem:

- 1) Aprovar as aplicações de recursos nos segmentos de investimento previstos nesta Política de Investimentos;

- 2) Aprovar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios;
- 3) Aprovar o percentual máximo (com relação ao total da carteira) a ser conferido aos administradores/gestores de recursos dos planos;
- 4) Determinar o percentual máximo do total de ativos dos planos a ser gerido como carteira própria;
- 5) Aprovar os planos de enquadramento às legislações vigentes;
- 6) Aprovar os critérios para seleção e avaliação de gestor (es) de recurso (s) dos planos, bem como o limite máximo de remuneração do (s) referido (s) gestor (es).

3. Cenário Econômico

O mercado financeiro espera para o ano de 2026 taxa de juro em patamar ainda elevado, embora com perspectiva de queda, com as projeções para a taxa de inflação sob controle com base na meta seguida pelo BACEN.

No mercado internacional, o cenário deve se manter desafiador com questões econômicas e geopolíticas.

Para 2026, os economistas das instituições financeiras trabalham com estimativa de inflação de 4,20%.

PREVISÃO	2026
Produto Interno Bruto (PIB)	1,78%
Inflação	4,20%
Taxa básica de juros (Selic)	12,25%
Dólar	R\$ 5,50
Balança comercial (saldo)	US\$ 66,00 bilhões
Investimento estrangeiro direto	US\$ 70,00 bilhões

Fonte: Relatório Focus: 31/10/2025

Índice de Referência (IPCA/INPC + 6,16* aa) – Expectativa 2026 10,62% ao ano

*** Taxa de juro real máxima para 2026**

O cenário macroeconômico tem por objetivo detalhar a projeção de variáveis macroeconômicas a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover às demais áreas da autarquia análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.

As projeções dos principais indicadores econômicos são utilizadas para desenhar estes cenários, que também servirão como plano de fundo às análises e aos estudos, com intuito de informar aos gestores os principais impactos possíveis sobre os diversos mercados e, assim, tornar a tomada de decisão mais segura e eficiente.

O detalhamento dos cenários é parte integrante dos documentos sobre o estudo de macro alocação conduzidos pelo regime e integram o Anexo I deste documento.

4. Diretrizes de Alocação dos Recursos

1) A gestão de recursos do Fundo com finalidade previdenciária poderá ser realizada por gestão própria ou por entidade credenciada, conforme disposto na Resolução CMN nº 5.272 de 18 de dezembro de 2025;

2) Nas operações de compra ou venda de títulos públicos deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação;

3) As operações de compra de títulos públicos deverão ser efetuadas através de leilões primários ou mercado secundário, desde que os preços praticados nestas operações observem como parâmetro o intervalo da marcação a mercado dos títulos públicos divulgados pela ANBIMA ou BACEN no dia das operações, que se refere aos preços praticados em mercado;

4) As operações de venda de títulos públicos deverão ser efetuadas através de mercado secundário e os preços praticados deverão observar como parâmetro o intervalo da marcação a mercado dos títulos públicos divulgado pela ANBIMA ou BACEN no dia das operações, que se refere aos preços praticados em mercado;

5) As aplicações em operações compromissadas serão realizadas com lastro em Títulos do Tesouro Nacional;

6) As aplicações em fundos de investimento deverão ocorrer mediante credenciamento da instituição financeira e a avaliação comparativa de produtos similares, devendo ser considerados critérios contemplando a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dessas aplicações e das instituições, de forma a viabilizar a melhor escolha;

7) Os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil e/ou mantidos em conta de depósito em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme Resolução CMN nº 5.272/2025;

8) Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do

Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas;

9) Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional (lista exaustiva de instituições financeiras autorizadas a receber aplicações dos RPPS);

10) As aplicações de recursos deverão privilegiar as aplicações com o binômio risco retorno mais adequado às necessidades de liquidez do fluxo de receitas e despesas projetadas;

11) As aplicações em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC somente poderão ser efetuadas em produtos que apresentem, obrigatoriamente, dentre os sistemas de garantia e colateral oferecidos, o mecanismo de subordinação de quotas, isto é, emissão de quotas subordinadas garantidas pelo originador/cedente dos direitos creditórios.

12) As aplicações de recursos deverão perseguir a rentabilidade real determinada pela Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025 acrescida da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), privilegiando as aplicações com o binômio risco-retorno mais adequado às necessidades de liquidez do fluxo de pagamentos de benefícios previdenciários e duração do passivo previdenciário.

Portaria MPS Nº 2.010, de 15 de outubro de 2025

Duração do Passivo (anos)	Taxa de Juro REAL (% a.a)
1,00	4,56
5,00	5,04
10,00	5,33
10,50	5,35
11,00	5,37
11,50	5,38
12,00	5,40
12,50	5,41
13,00	5,42
13,50	5,44
14,00	5,45
14,50	5,46
15,00	5,47
15,50	5,48
16,00	5,49

16,50	5,50
17,00	5,51
17,50	5,52
18,00	5,53
18,50	5,53
19,00	5,54
19,50	5,55
20,00	5,56
20,50	5,56
21,00	5,57
21,50	5,57
22,00	5,58
22,50	5,59
23,00	5,59
23,50	5,60
24,00	5,60
24,50	5,61
25,00	5,61
25,50	5,61
26,00	5,62
26,50	5,62
27,00	5,63
27,50	5,63
28,00	5,63
28,50	5,64
29,00	5,64
29,50	5,65
30,00	5,65
30,50	5,65
31,00	5,66
31,50	5,66
32,00	5,66
32,50	5,66
33,00	5,67
33,50	5,73
34,00	5,88
34,50	6,08
35 ou mais	6,16

4.1 Segmentos de Aplicação

Esta política de investimentos se refere à alocação dos recursos da entidade entre e em cada um dos seguintes segmentos de aplicação, conforme definidos na legislação:

a) Renda Fixa

- b) Renda Variável
- c) Investimentos no Exterior
- d) Investimentos Estruturados
- e) Fundos Imobiliários
- f) Empréstimos Consignados

4.2 Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da taxa da meta atuarial, que é igual à variação do índice de inflação acrescido de juro real. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

As aplicações dos recursos dos RPPS poderão ter gestão própria, por entidade credenciada ou mista. Considerando os critérios estabelecidos pela legislação vigente a entidade credenciada deverá ter, no mínimo, solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

4.3 Faixas de Alocação de Recursos

4.3.1. Segmento de Renda Fixa:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria, fundos de investimentos ou produtos de investimento. Os fundos de investimentos abertos e/ou fechados, nos quais o RPPS vier a adquirir cotas, deverão seguir a legislação em vigor dos RPPS.

4.3.2. Segmento de Renda Variável:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.

4.3.3. Segmento de Investimentos no Exterior:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos no exterior poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.

4.3.4. Segmento de Investimentos Estruturados:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.

4.3.5. Segmento de Fundos Imobiliários:

As aplicações dos recursos do RPPS poderão ser feitas em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.

4.3.6 Empréstimos Consignados:

A Secretaria de Previdência, nos termos do art. 29 da Resolução CMN nº 5.272/2025, editou, via Portaria MTP 1.467/22 (artigos 154 a 156), as regulamentações e procedimentos para o cumprimento do disposto neste artigo, para garantir a observância dos princípios previstos no art. 1º da referida Resolução.

Art. 154. A aplicação de recursos do RPPS com a concessão de empréstimos aos servidores em atividade, aposentados e pensionistas, na modalidade de consignados, deverá observar os limites e condições previstos em resolução do CMN, e as instruções para sua operacionalização estabelecidas no Anexo VIII.

Parágrafo único. Observadas as normas de que trata o caput, a política de investimentos deverá estabelecer critérios para a carteira de empréstimos consignados adequados aos riscos da carteira de investimentos do RPPS.

Art. 155. Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira de empréstimos consignados deverão buscar compatibilidade com o perfil das obrigações do RPPS, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 156. É vedada a concessão de empréstimos, de qualquer natureza, com recursos do RPPS ao ente federativo, inclusive a suas empresas controladas.

4.4. Metodologia de Gestão da Alocação

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimento são traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas.

Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentra na aversão a risco dos RPPS, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para inflação, taxa de juros, atividade econômica e contas externas. A visão de médio prazo procura dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

4.5. Níveis do PRÓ-GESTÃO

Os ativos e seus respectivos limites de aplicação serão diferenciados para os RPPSs que comprovarem a adoção de boas práticas de governança na gestão previdenciária, atestadas conforme os diferentes níveis de aderência ao programa de certificação institucional instituído pelo Ministério da Previdência Social, sendo:

- I - RPPS sem nível de aderência ao programa de certificação institucional;
- II - RPPS com nível I de aderência ao programa de certificação institucional;
- III - RPPS com nível II de aderência ao programa de certificação institucional;
- IV - RPPS com nível III de aderência ao programa de certificação institucional;
- V - RPPS com nível IV de aderência ao programa de certificação institucional.

5. Diretrizes para Gestão dos Segmentos

5.1 Metodologias de Seleção dos Investimentos

As estratégias e carteiras dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas, periodicamente, pelo (s) gestor (es) externo (s), no caso dos recursos geridos por meio de aplicação em Fundos e/ou carteiras administradas, e pela Diretoria Executiva, no caso da carteira própria. Ressalte-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (bases de dados públicas e de consultorias).

5.2. Segmentos de Renda Fixa

5.2.1. Tipo de Gestão

O RPPS optou por uma gestão com perfil conservador a moderado, buscando prêmios em relação ao benchmark adotado para a carteira, com base na duração do passivo previdenciário.

5.2.2. Ativos Autorizados

Nos diversos segmentos de aplicação, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente. A alocação dos recursos dos planos de benefícios do RPPS deverá restringir-se aos seguintes ativos e limites, de acordo com a Resolução CMN nº 5.272/25:

Tabela 1. Quadro Resumo das Aplicações e Limites. Resolução CMN 5.272/25

Segmento	LIMITES DA RESOLUÇÃO CMN 5.272/2025		RPPS sem Certificação	RPPS Nível I		RPPS Nível II		RPPS Nível III		RPPS Nível IV		Limite PL do Fundo do RPPS	Limite Recursos do RPPS
	Tipos de Ativos	Enquadramento		Limite Legal	Limite Global	Limite Legal	Limite Global	Limite Legal	Limite Global	Limite Legal	Limite Global		
REDA FIXA	Fundos ou ETF Renda Fixa 100% Títulos Públicos	Art. 7º, I	100%			100%							
	Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) primário/plataforma eletrônica	Art. 7º, II	100%										
	Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) secundário	Art. 7º, III	-			100%						100%	100%
	Operações compromissadas com lastros em TPF	Art. 7º, IV	-			5%							
	Fundos ou ETF de Renda Fixa (CVM)	Art. 7º, V	-					80%				100%	
	Ativos Financeiros de RF - Emissão de Inst. Financeira	Art. 7º, VI	-					20%					
	Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado	Art. 7º, VII	-						20%				
	Fundos de Debêntures Incentivadas	Art. 7º, VIII	-						20%			20%	20%
	FIDC Sênior	Art. 7º, IX	-						-		20%		
	Fundo de Ações	Art. 8º, I	-			40%				40%		20%	40%
REDA VARIÁVEL	ETF de Ações	Art. 8º, II	-			40%				40%		20%	40%
	Fundos BDR-Ações/BDR-ETF	Art. 8º, III	-							10%		10%	10%
	ETF Internacional	Art. 8º, IV	-							10%		10%	10%
	Fundos Multimercados	Art. 10, I	-			15%				15%			
ESTRUTURADOS	Flagro	Art. 10, II	-										
	Fundos em Participações (FIP)	Art. 10, III	-				40%			5%		20%	60%
	FI Ações - Mercado de Acesso	Art. 10, IV	-									20%	
	Fundos Imobiliários	Art. 11	-							20%		100%	20%
IMOBILIÁRIOS	FIC - Renda Fixa - Dívida Externa	Art. 9º, I	-										
	FIC Aberto - Investimento no Exterior (40% PL)	Art. 9º, II	-							10%		10%	10%
	FIC Aberto - Investimento no Exterior (20% PL) Art. 9	Art. 9º, III	-							10%			
CONSIGNADO	Empréstimos Consignados	Art. 12	5%									5%	5%

Fonte: RESOLUÇÃO CMN N° 5.272, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

**Tabela 2. Quadro Resumo das Aplicações Versus Níveis do Pró-Gestão.
Resolução CMN 5.272/25**

Resumo Resolução CMN 5272/2025													
Ativos	Limite	Pró-Gestão					Ativos	Limite	Pró-Gestão				
		0	I	II	III	IV			0	I	II	III	IV
7º Renda Fixa	100	☑	☑	☑	☑	☑	9º Investimentos no Exterior	10	☒	☒	☒	☑	☑
I - Fundos ou ETF 100% TP	100	☑	☑	☑	☑	☑	I - Fundo RF - Dívida Externa	10	☒	☒	☒	☑	☑
II - TPF	100	☑	☑	☑	☑	☑	II - Fundos para Investidor Qualificado	10	☒	☒	☒	☑	☑
III - TPF, Compra secundário	100	☒	☑	☑	☑	☑	III - Fundos para Investidor Geral	10	☒	☒	☒	☑	☑
IV - Operações Compromissadas	5	☒	☑	☑	☑	☑							
V - Fundos ou ETF RF	80	☒	☒	☑	☑	☑	10 Investimentos Estruturados	20	☒	☒	☑	☑	☑
VI - Letra Financeira	20	☒	☒	☑	☑	☑	I - FIM	15	☒	☒	☑	☑	☑
VII - Fundos Crédito Privado	20	☒	☒	☒	☑	☑	II - FIAGRO	5	☒	☒	☒	☑	☑
VIII - FIDC Debêntures Infra	20	☒	☒	☒	☑	☑	III - FIP	10	☒	☒	☒	☒	☑
IX - FIDC Sênior	20	☒	☒	☒	☒	☑	IV - FIA - Mercado de Acesso	10	☒	☒	☒	☒	☑
8º Renda Variável	50	☒	☒	☑	☑	☑	11 Fundos Imobiliários	20	☒	☒	☒	☑	☑
I - FIA	40	☒	☒	☑	☑	☑							
II - ETF Ações	40	☒	☒	☑	☑	☑	12 Empréstimos Consignados		☑	☑	☑	☑	☑
III - Fundos ou ETF BDR	10	☒	☒	☒	☑	☑	I - Sem Pró-Gestão	5	☑	☑	☑	☑	☑
IV - ETF Internacional	10	☒	☒	☒	☑	☑	II - Pró-Gestão I	10	☒	☑	☑	☑	☑
							13 Limites Gerais – Art. 8 + 10 + 11		0	0	40	50	60



Tabela 1. Quadro Resumo das Aplicações e Limites. Resolução CMN 4.963/21

SEGMENTO	ATIVO	RPPS sem Certificação		RPPS Nível I		RPPS Nível II		RPPS Nível III		RPPS Nível IV		Limite Recursos do RPPS	Limite PL do Fundo
		Limite Ativo	Limite Bloco	Limite Ativo	Limite Bloco	Limite Ativo	Limite Bloco	Limite Ativo	Limite Bloco	Limite Ativo	Limite Bloco		
Renda Fixa	Titulos Públicos de emissão do TN (SELIC)					100%						N/A	
	Fundos/ETF 100% Titulos Públicos					100%						100%	
	Operações compromissadas					5%						N/A	
	Ativos RF de emissão com obrigação ou coobrigação de IF bancaria					20%						N/A	
	Fundos Renda fixa em geral	60%	60%	65%	65%	70%	70%	75%	75%	80%	80%	20%	15%
	Fundos de Índices (ETF) - Renda Fixa	60%	60%	65%	65%	70%	70%	75%	75%	80%	80%	20%	15%
	FIDCs - Cota Sênior	5%	5%	5%	5%	10%	10%	15%	15%	20%	20%	20%	5%
	Fundos Renda fixa - Crédito Privado	5%	15%	5%	15%	10%	25%	15%	30%	20%	35%	20%	5%
	Fundos de debêntures de infraestrutura	5%	5%	5%	5%	10%	10%	15%	15%	20%	20%	20%	5%
	Fundo de Ações / ETF de Renda Variável	30%		35%		40%		45%		50%		20%	15%
Renda Variável	Fundos Multimercado	10%		10%		10%		15%		15%		20%	15%
Estruturados	FIPs	5%	15%	5%	15%	5%	15%	10%	20%	15%	20%	20%	15%
	FI Ações - Mercado de Acesso	5%	5%	5%	5%	5%	5%	10%	10%	15%	15%	20%	15%
Imobiliários	Fundo Imobiliário	5%		5%		10%		15%		20%		20%	15%
Exterior	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa					10%						20%	15%
	FIC - Aberto - Investimento no Exterior											20%	15%
Consignados	Fundos de Ações - BDR Nível I											20%	15%
	Empréstimos Consignados	5%		10%		10%		10%		10%		N/A	

Os RPPS só podem aplicar recursos em fundos de investimento quando a administradora ou gestora for instituição financeira obrigada a instituir comitê de auditoria e de riscos, nos termos de Regulamentação do CMN.

Os total de recursos de um RPPS deve corresponder no máximo a 5% do total de recursos da gestora ou administradora de carteira.

Os requisitos específicos para aplicações em cada tipo de ativo financeiro ou fundos de investimentos não constam nesse quadro, e deverão ser consultados na Resolução do CMN, juntamente com as demais disposições da legislação que trata das aplicações de recursos pelo RPPS



6. CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE ADMINISTRADORES & GESTORES

Para a seleção de instituições financeiras autorizadas a operar com o RPPS será constituído processo de credenciamento sobre a figura do administrador e do gestor do fundo de investimento conforme disposto na Resolução CMN nº. 5.272, de 18 de dezembro de 2025 e a Portaria MTP nº 1.467/2022:

A unidade gestora do RPPS deverá realizar o prévio credenciamento de todas as instituições que recebam ou administrem recursos do regime, sendo este credenciamento atualizado a cada 2 (dois) anos e formalizado por meio de Termo de Credenciamento.

§ 1º As aplicações dos recursos do RPPS deverão observar os parâmetros de mercado e poderão ser realizadas por meio de instituições públicas ou privadas, desde que registradas, autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Os critérios para o credenciamento das instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição a risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.

§ 3º Para o credenciamento da instituição, deverão ser observados e formalmente atestados pela unidade gestora do RPPS:

I - Registro ou autorização na forma do § 1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente;

II - Observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro;

III - análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores;

IV - Experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros; e

V - Análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

§ 4º O credenciamento se aplica ao gestor e ao administrador dos fundos de investimento e das instituições financeiras bancárias emissoras de ativos financeiros aptos a receberem diretamente as aplicações do regime.

Deverá ser realizado o credenciamento das corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários para as operações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Aplica-se o previsto no caput aos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários relativos à carteira de títulos públicos federais sob gestão própria do RPPS.

O Termo de Credenciamento não estabelece obrigatoriedade de aplicação ou adesão a nenhum fundo de investimento ou ativo financeiro emitido, administrado, gerido ou distribuído pela credenciada.

O processo consistirá na busca de informações junto às instituições financeiras de questionário modelo - QUESTIONÁRIO PADRÃO ANBIMA DUE DILIGENCE PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO – SEÇÃO I, SEÇÃO II e SEÇÃO III) que contemplará a análise dos seguintes quesitos, atestado formalmente pelo representante legal do RPPS.

6.1. Em relação à instituição financeira (administrador e gestor do fundo de investimento):

a) Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

b) Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;

c) Relatório de rating de gestão.

d) Credenciamento atualizado a cada 2 (dois) anos e formalizado por meio de Termo de Credenciamento.

6.2. Em relação ao fundo de investimento:

a) Análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

b) A análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;

c) A avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.



6.3. Requisitos Finais para o Credenciamento

A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, que deverá observar os seguintes parâmetros:

I - Estar embasado nos formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros, disponibilizados por entidade representativa dos participantes do mercado financeiro e de capitais que possua convênio com a CVM para aproveitamento de autorregulação na indústria de fundos de investimento;

II - Ser atualizado a cada 2 (dois) anos;

III - Contemplar, em caso de fundos de investimentos, o administrador, o gestor e o distribuidor do fundo; e

IV - Ser instruído, com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet.

§ 1º O Termo de Credenciamento é o documento pelo qual se formaliza a relação entre a unidade gestora do RPPS e a credenciada, demonstrando o cumprimento das condições de sua habilitação e aptidão para intermediar ou receber as aplicações dos recursos.

§ 2º A assinatura do Termo de Credenciamento não estabelece obrigatoriedade de aplicação ou adesão a nenhum fundo de investimento ou ativo financeiro emitido, administrado, gerido ou distribuído pela credenciada.

6.4. Observações:

a) A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 2 (dois) anos.

b) As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

c) Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

7. GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO – NÃO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O RPPS somente poderá alocar recursos em ativos emitidos por instituições financeiras – Letras Financeiras e CDB – Certificado de Depósito Bancário -

classificados com o mais alto grau de qualidade de crédito, mediante nota por agência internacional de classificação de risco, representada pelo quadro abaixo.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - RATING MAIS ALTO GRAU DE QUALIDADE DE CRÉDITO	AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO Vencimento de 1 (UM) ano ou mais – Longo Prazo
Aaa	Moody's
AAA	Fitch
AAA	Standard & Poor's

As aplicações efetuadas diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem atender às condições previstas na Resolução CMN nº 5.272/2025, dentre as quais, que o administrador ou gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional.

7.1 GESTÃO DO RISCO DE MERCADO

A carteira de investimentos será monitorada no binômio risco-retorno com a utilização das principais medidas de risco dos investimentos: retorno absoluto, retorno relativo, volatilidade, $V@r$ (value at risk) e Índice de Sharpe. Serão consideradas diferentes janelas de tempo para melhor capturar as oscilações inerentes aos investimentos, tanto de renda fixa quanto de renda variável.

7.2 GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O direcionamento dos investimentos priorizará fundos de investimentos com características de liquidez imediata (prazo de desinvestimento total de até 35 dias). A alocação em produtos com baixa liquidez somente será permitida, desde que avaliados os seguintes requisitos: nível de proteção do capital investido; lastro das operações do fundo; credibilidade da instituição financeira gestora do fundo de investimento, prazo de desinvestimento definido em regulamento. Vedado a alocação em fundos de investimento de prazo indeterminado, sem mecanismos de resgate total do capital, via o próprio fundo de investimento.

8. INVESTIDOR QUALIFICADO / INVESTIDOR PROFISSIONAL – Portaria MTP 1.467/2022 – Artigos 137 a 140

Art. 137. Será considerado investidor qualificado, para os fins da categorização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

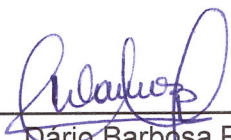
I - Possua recursos aplicados, informados no DAIR do mês imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e II - tenha aderido ao Pró-Gestão RPPS, e obtido certificação institucional em um dos níveis de aderência nele estabelecidos.

Art. 138. Será considerado investidor profissional, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - Possua recursos aplicados, informados no DAIR relativo ao mês imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e II - tenha aderido ao Pró-Gestão RPPS e obtido certificação institucional no quarto nível de aderência nele estabelecido. Art. 139. A classificação de RPPS como investidor qualificado ou profissional somente produzirá efeitos quando atendidos os requisitos de que tratam os arts. 137 e 138, sendo vedada a aplicação de recursos em investimentos destinados a investidores qualificados ou profissionais, pelos regimes que não cumprirem integralmente esses requisitos.

Art. 140. A classificação do RPPS como investidor qualificado ou profissional não exime a unidade gestora do regime da responsabilidade pela adoção de elevados padrões éticos e técnicos na governança e controle das operações e pela observância dos princípios previstos em resolução do CMN.

Paragominas/PA, 02 de fevereiro de 2026.



Dário Barbosa Pinheiro
Portaria nº 019/2025



Edilene Nunes Sousa Costa
Portaria nº 019/2025



Carmelina Felix de Moraes Brandão
Portaria nº 019/2025
CP RPPS CGINV I 74954321979290
Presidente



ANEXO I – COMPARATIVO RESOLUÇÃO 4.963/21 Versus 5.272/25 - DE: PARA

DE:			PARA:			
ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO						
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE CMN % + nível no Pró-Gestão	TIPO DE ATIVO Obs. se inserida a coluna do Dispositivo legal excluir "Art. Xx, xxx, do texto"	Dispositivo Legal	LIMITE CMN %	Limites globais
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	100%				
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	100%	Classes de fundos de investimento/ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I	Art. 7º, I	100%	
Renda Fixa	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	100%	Títulos de emissão do Tesouro Nacional - Oferta primária ou plataforma eletrônica - Art. 7º, II	Art. 7º, II	100%	
Renda Fixa	Operações compromissadas - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, II	5%	Títulos de emissão do Tesouro Nacional - Mercado de balcão - Art. 7º, III	Art. 7º, III	100%	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	60% (+ 5% por nível)	Operações compromissadas - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, IV	Art. 7º, IV	5%	
Renda Fixa	Fundos de Investimentos em Índices de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, III, b	60% (+ 5% por nível)	Classes de fundos de investimento/ETF - Renda Fixa - Art. 7º, V	Art. 7º, V	80%	
Renda Fixa	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições Financeiras - Art. 7º, IV (somente instituições S1, S2 e S3)	20%	Ativos de renda fixa emitidos por instituições financeiras - Art. 7º, VI (observados limites por instituição)	Art. 7º, VI	20%	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b	5% (+ 5% por nível, a partir do II)	Classes de fundos de investimento - Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, VII	Art. 7º, VII	20%	
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c	5% (+ 5% por nível, a partir do II)	Classes de fundos de investimento - Leis nº 12.431/2011 e 14.801/2024 - Art. 7º, VIII	Art. 7º, VIII	20%	35% (art. 7º, § 7º)
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Cota Sênior - Art. 7º, V, a	5% (+ 5% por nível, a partir do II)	Cotas de subclasses sênior de FIDC - Art. 7º, IX	Art. 7º, IX	20%	

DE:				PARA:			
ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO							
SEGMENTO	ATIVO	TIPO DE	LIMITE CMN % + nível no Pró-Gestão	TIPO DE ATIVO Obs. se inserida a coluna do Dispositivo legal excluir "Art. Xx, xxx, do texto"	Dispositivo Legal	LIMITE CMN %	Limites globais
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I		30% (+ 5% por nível)	Classes de fundos de investimentos - Ações - Art. 8º, I	Art. 8º, I	40%	50% *40% nível II 50%, nível III 60%, nível IV junto c/ Estruturados e FII
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Art. 8º, II		30% (+ 5% por nível)	Classes de ETF de Ações - Art. 8º, II	Art. 8º, II	40%	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º, III* reclassificação DAIR		30% (+ 5% por nível)	Classes de ETF BDR-Ações - BDR-ETF de Ações - Art. 8º, III	Art. 8º, III	10%	
-	-	-	-	Classes de ETF Internacional - Art. 8º, IV	Art. 8º, IV	10%	
Investimentos no Exterior	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I		10%	Classes de fundos de investimento - Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	Art. 9º, I	10%	10%
Investimentos no Exterior	Fundos de Investimento - Investimento no Exterior - Art. 9º, II		10%	Classes de fundos de investimento no exterior - Investidores Qualificados - Art. 9º, II	Art. 9º, II	10%	
-	-	-	-	Classes de fundos de investimento no exterior - Investidores em Geral - Art. 9º, III	Art. 9º, III	10%	
Investimentos Estruturados	Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I		10%; (15% p/ níveis III e IV)	Classes de fundos de investimento - Multimercado - Art. 10, I	Art. 10, I	15%	20% *40% Nível II 50%, nível III 60%, nível IV junto com RV e FII
-	-	-	-	Classes de Fiagro - Art. 10, II	Art. 10, II	5%	
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimento em Participações (FIP) - Art. 10, II		5% (10% p/ nível III; 15% p/ nível IV)	Classes de FIP - Art. 10, III	Art. 10, III	10%	
Investimentos Estruturados	Fundo de Investimento em Ações - Mercado de Acesso - Art. 10, III		5% (10% p/ nível III; 15% p/ nível IV)	Classes de fundos de investimento - Ações Mercado de Acesso - Art. 10, IV	Art. 10, IV	10%	

DE:			PARA:			
ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO						
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE CMN % + nível no Pró-Gestão	TIPO DE ATIVO Obs. se inserida a coluna do Dispositivo legal excluir "Art. Xx, xxx, do texto"	Dispositivo Legal	LIMITE CMN %	Limites globais
Fundos Imobiliários	Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII) - Art. 11	5% (10% p/ nível II; 15% p/ nível III; 20% p/ nível IV)	Classes de fundos de investimento imobiliários - Art. 11	Art.11	20%	*40% Nível II 50%, nível III 60%, nível IV junto RV e Estruturados
Empréstimos Consignados	Empréstimos Consignados - Art. 12	5% sem certificação, 10% a partir do nível I	Empréstimos consignados - Art. 12	Art.. 12	5% sem certificação, 10% a partir do nível I	
			Empréstimos de ETF	Art. 23		

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO – DPIN - ESTRATEGIA DE INVESTIMENTOS 2026 - PREENCHIMENTO E ENVIO VIA CADPREV DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 - RESOLUÇÃO CMN nº 5.272/2025										
TIPO DE ATIVO	Limite Resolução %	Posição Atual Carteira (R\$)	Posição Atual Carteira (%)	LIMITE INFERIOR %	ESTRATÉGIA	LIMITE SUPERIOR %	META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS	
					Alvo %				LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Fundos ou ETF Renda Fixa 100% Títulos Públicos Art. 7º, I	100	53.771.874,42	14,23	0	40	100	12,50%	Títulos Públicos Federais	0	100
Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) primário/plataforma eletrônica Art. 7º, II	100	0	0	0	1	100	12,50%	Títulos Públicos Federais	30	100
Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) secundário Art. 7º, III	100	0	0	0	1	100	12,50%	Títulos Públicos Federais	0	100
Operações compromissadas com lastros em TPF Art. 7º, IV	5	0	0	0	1	5	12,50%	Títulos Públicos Federais	0	5
Fundos ou ETF de Renda Fixa (CVM) Art. 7º, V	80	228.253.792,09	60,40	0	30	80	12,75%	Títulos Públicos Federais & Títulos Privados	0	80
Ativos Financeiros de RF - Emissão de Inst. Financeira Art. 7º, VI	20	0	0	0	1	20	13,50%	Títulos Privados (Instituições Financeiras – Lista)	0	20
Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado Art. 7º, VII	20	817.085,99	0,22	0	1	20	13,50%	Títulos Privados	0	20
Fundos de Debêntures Incentivadas Art. 7º, VIII	20	0	0	0	1	20	13,50%	Títulos Privados	0	20





FIDC Sênior Art. 7º, IX	20	0	0	0	1	20	13,50%	Títulos Privados	0	20
Fundo de Ações Art. 8º, I	40	62.574.027,85	16,56	0	1	40	14,00%	Ações	0	40
ETF de Ações Art. 8º, II	40	0	0	0	11	40	14%	Ações	0	40
Fundos BDR-Ações/BDR-ETF Art. 8º, III	10	13.519.172,74	3,58	0	1	10	14%	Ações	0	10
ETF internacional Art. 8º, IV	10	0	0	0	1	10	14%	Ações	0	10
Fundos Multimercados Art. 10, I	15	18.550.442,22	4,91	0	1	15	13%	Diversos fatores de risco	0	15
Fiagro Art. 10, II	5	0	0	0	1	5	14%	Participações em projetos	0	5
Fundos em Participações (FIP) Art. 10, III	10	0	0	0	1	10	14%	Diversos fatores de risco	0	10
FI Ações - Mercado de Acesso Art. 10, IV	10	0	0	0	1	10	14%	Diversos fatores de risco	0	10
Fundos Imobiliários Art. 11	20	0	0	0	1	20	11%	Imobiliário	0	20
FIC - Renda Fixa - Dívida Externa Art. 9º, I	10	0	0	0	1	10	13%	Dívida Externa	0	10
FIC Aberto - Investimento no Exterior (40% PL) Art. 9º, II	10	444.915,07	0,12	0	1	10	13%	Diversos fatores de risco	0	10
FIC Aberto - Investimento no Exterior (20% PL) Art. 9º, III	10	0	0	0	1	10	13%	Diversos fatores de risco	0	10

Empréstitos Consignados Art. 12	10	0	0	0	1	10	16%	Empréstitos		10
TOTAL		377.931.310,38	100		100					





Anexo III – Carteira

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARAGOMINAS

31/12/2025



INSTITUIÇÃO	CNPJ DO FUNDO	AG/C	NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTO	Financeiro	% PL INST.	PL FUNDO R\$	% PL DO FUNDO	RETORNO MES %	RETORNO EM REAIS
B. BRASIL	07.861.554/0001-22		BB PREV RENDA FIXA IMA-B FI	R\$ 625.841,09	0,17%	R\$ 468.470.673,74	0,13	0,28050	R\$ 1.750,87
	11.328.882/0001-35		BB PREV. RF IRF-MT TIT. PUB. FIC	R\$ 6.538.834,11	1,73%	R\$ 9.210.593.528,87	0,07	1,12860	R\$ 72.973,99
	13.077.418/0001-49		BB PREV. RF PERFIL	R\$ 71.066.172,30	18,80%	R\$ 21.477.397.178,42	0,33	1,22470	R\$ 883.800,41
	13.322.205/0001-35		BB PREVID RF IDKA 2 TIT PUB FI	R\$ 927.068,08	0,25%	R\$ 4.402.966.478,27	0,02	1,03090	R\$ 9.469,21
	35.292.588/0001-89		BB PREV. RF RET. TOTAL	R\$ 5.271.952,77	1,39%	R\$ 4.791.841.508,63	0,11	1,20940	R\$ 62.989,33
	13.077.415/0001-25	0820-6 / 16.801-7	BB PREV RF FLUXO RF SIMPLES - CC 16.801-7	R\$ 39.987,55	0,01%	R\$ 4.911.669.179,07	0,00	1,13210	R\$ 1.441,63
	13.077.415/0001-35	0820-6 / 35.859-2	BB PREV RF FLUXO RF SIMPLES - CC 35.859-2	R\$ 19.154,09	0,01%	R\$ 4.911.669.179,07	0,00	1,13210	R\$ 329,67
	13.077.415/0001-05	0820-6 / 12.789-2	BB PREV RF FLUXO RF SIMPLES - CC 12.789-2	R\$ 2.690,27	0,00%	R\$ 4.911.669.179,07	0,00	1,13210	R\$ 30,11
	23.215.008/0001-70	3192 / 3-8	CAIXA FI BRASIL MATRIZ RF	R\$ 5.590.221,49	1,48%	R\$ 8.220.076.695,28	0,07	1,19700	R\$ 66.125,46
	10.740.658/0001-93		CAIXA FI BRASIL IMA-B TIT. PUB. RF	R\$ 1.215.592,43	0,32%	R\$ 2.346.827.165,95	0,05	0,29130	R\$ 3.531,23
CEF	10.646.895/0001-90		CAIXA NOVO BRASIL IMA-B RF LP	R\$ 1.862.238,20	0,49%	R\$ 642.677.218,19	0,29	0,26590	R\$ 5.307,75
	14.508.605/0001-00		CAIXA FI BRASIL RF M T P LP	R\$ 892.123,44	0,24%	R\$ 1.015.601.400,20	0,09	0,27940	R\$ 2.485,78
	10.740.670/0001-06	3192 / 3-8	CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	R\$ 37.998.539,47	10,05%	R\$ 8.410.626.309,55	0,45	1,13830	R\$ 427.666,23
	03737.206/0001-97		CAIXA FI BRASIL RF DI LONGO PRAZO	R\$ 69.540.835,16	18,40%	R\$ 23.547.384.900,07	0,30	1,22510	R\$ 860.941,80
	23.215.097/0001-55		FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRUT. RF	R\$ 3.889.224,55	1,03%	R\$ 3.388.406.820,37	0,11	0,26310	R\$ 10.206,71
	17.502.937/0001-65		FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL 1	R\$ 7.851.451,00	2,10%	R\$ 2.231.185.446,50	0,36	3,12300	R\$ 240.805,53
	11.484.558/0001-06		BRADESCO FIA FIA RF-M 1 TP	R\$ 841.352,32	0,22%	R\$ 900.071.192,28	0,09	1,13400	R\$ 9.434,06
	28.515.874/0001-09	0679 / 19.530-8	BRADESCO FIA ALOCAÇÃO DINAMICA	R\$ 1.880.997,13	0,50%	R\$ 380.877.396,69	0,49	0,62820	R\$ 11.742,37
	21.287.421/0001-15		BRADESCO FIA MACRO INSTITUCIONAL	R\$ 3.824.552,40	1,01%	R\$ 40.455.112,44	9,45	1,34350	R\$ 50.702,83
	03.398.411/0001-90	0679 / 19.530-8	BRADESCO FIA REFERENCIAL DI PREMIUM	R\$ 19.052.776,33	5,04%	R\$ 16.414.765.697,36	0,12	1,21870	R\$ 183.439,87
B. SAFRA	10.787.647/0001-69	04800 / 18.839-6	SAFRA EXECUTIVE 2 FIA RENDA FIXA	R\$ 838.793,93	0,22%	R\$ 333.607.889,03	0,25	1,17800	R\$ 9.272,40
	21.595.829/0001-54		SAFRA REAIS 53P REAIS	R\$ 8.211.191,78	2,17%	R\$ 820.183.261,79	1,00	1,96540	R\$ 158.275,33
B. SICREDI	11.087.118/0001-15		SICREDI FIA INST. REF. IMA-B LP	R\$ 2.738.292,82	0,72%	R\$ 402.964.339,59	0,68	0,27390	R\$ 7.480,88
	13.081.159/0001-20	0804 / 07.801-3	SICREDI FIA RF IRF-M LP	R\$ 969.092,92	0,26%	R\$ 419.283.267,85	0,23	0,23610	R\$ 2.284,34
W.A. - PARIBAS	19.180.599/0001-09		SICREDI FIA INSTITUCIONAL RF IRF-MT LP	R\$ 42.128.293,62	11,15%	R\$ 951.869.662,34	4,43	1,11190	R\$ 463.274,08
	17.517.577/0001-78	0001 / 6.941.400-1	W.A. IMA-B 5 ATIVO RENDA FIXA	R\$ 1.488.210,02	0,39%	R\$ 108.284.449,54	1,36	0,85020	R\$ 9.484,71
META ASSET	61.733.546/0001-46		CLAS UNICA DO WESTERN US INDEX 500 INST FI	R\$ 6.514.748,06	1,60%	R\$ 1.166.529.127,49	0,49	1,97210	R\$ 125.995,50
QUELUZ - BEM	07.893.238/0001-40	0601 / 7.738.738-9	META VALOR FIA FUNDO DE AÇÕES	R\$ 14.747.458,37	3,90%	R\$ 109.305.177,10	13,49	-3,92070	R\$ 601.792,95
OCEANA (BNV)	29.045.353/0001-90	2856 / 8.721.590-3	OLZ MOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	R\$ 12.694.603,93	3,36%	R\$ 124.339.032,91	10,21	-0,14100	R\$ 18.709,00
MONGERAL	26.950.042/0001-94	2856 / 35.357-4	OCEANA VALOR 30 FIA	R\$ 35.131.965,55	9,30%	R\$ 535.102.468,35	6,57	0,40720	R\$ 142.468,31
MONGERAL	38.001.966/0001-16	2856 / 33.745-5	MAG GLOBAL SUSTAINABLE FIC FIM E	R\$ 444.915,07	0,12%	R\$ 54.936.777,59	0,81	3,75640	R\$ 16.107,91
SANTANDER	50.223.269/0001-05	2856/45458-3	MAG HIGH GRADE FIC CRED PRIV LP	R\$ 817.095,99	0,22%	R\$ 569.029.641,16	0,14	1,23320	R\$ 9.963,90
SCHROEDERS (BRAD)	02224.354/0001-45	2433/45000016	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM	R\$ 6.626.486,42	0,58%	R\$ 4.729.423.954,69	0,14	1,21480	R\$ 79.534,18
	37.308.317/0001-68	2856 / 30.039-6	SCHROEDER SUST. AÇÕES GLOBAIS FIC FIA - E	R\$ 5.567.721,74	1,47%	R\$ 266.525.261,82	2,09	5,97570	R\$ 313.950,82
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								TOTAL	R\$ 3.622.675,25
RESUMO DE DEZEMBRO DE 2025							RETORNO		
SALDO ANTERIOR:					BB DTVM BRASIL	R\$ 84.492.000,26	22,36%	R\$ 5.811.121,30	
SALDO ATUAL:					CAIXA E. FEDERAL	R\$ 128.940.195,74	34,12%	R\$ 13.863,84	
RETORNO MES 0,9466%					BRADESCO/BRAM	R\$ 25.999.631,18	6,77%	R\$ 3.574.471,56	
APLICAÇÃO					SICREDI	R\$ 45.836.245,36	12,13%	R\$ 7.088.614,29	
RESCATE					W. A. PARIBAS	R\$ 9.049.985,69	2,39%	R\$ 1.876,33	
RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO 16,48%					META / DAYCOVAL	R\$ 14.747.458,37	3,90%	R\$ 4.630.125,23	
META ATUARIAL PROJETADA: 10,59%					OCEANA/BRADESCO	R\$ 12.694.603,93	3,36%	R\$ 7.251.565,27	
META ATUARIAL ALCANÇADA: 9,37% ATING DA META = 175,89%					MONGERAL AEGON / BEM	R\$ 35.131.965,95	9,30%	R\$ 5.482.467,77	
META ANUAL PROJETADA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS: 10,59%					SCHROEDERS / BRADESCO	R\$ 5.567.721,74	1,47%	R\$ 5.019.474,38	
META ALCANÇADA DO ANO: 16,48%					SANTANDER	R\$ 6.626.486,42	1,75%	R\$ 5.627.328,64	
					PL	R\$ 377.931.310,38	100%	R\$ 3.622.675,25	
					R. Variável	R\$ 62.574.027,85	16,56%	R\$ 55.632.879,98	
					R. Fixa	R\$ 282.842.752,50	74,84%	R\$ 13.696,88	



PARECER

A Presidente e demais membros do Comitê de Investimento - COINVEST, nomeados através da Portaria Municipal n° 019/2025, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 124 e 128 da Lei 884/2015, em reunião realizada em 19 de Janeiro de 2026, apreciaram e aprovaram o Relatório Mensal de Investimentos, do período de 01/12/2025 à 31/12/2025 do IPMP - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paragominas.

O Relatório Mensal de Investimento referente ao mês de DEZEMBRO/2025, elaborado pela empresa Di Blasi Consultoria Financeira Ltda e validado pela Diretoria Executiva do IPMP consiste na apresentação dos quesitos regulamentares e das métricas técnicas das aplicações que integram a carteira de investimentos do IPMP.

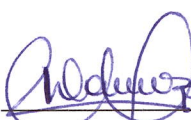
Identificamos que as aplicações financeiras se encontram devidamente enquadradas no texto regulamentar vigente e convergentes com a Política de Investimentos.

A rentabilidade da carteira, o orçamento de risco e a liquidez das diversas aplicações financeiras do IPMP estão compatíveis com a necessidade de pagamento do passivo previdenciário, dentro das medianas de mercado nas diversas classes de ativos e aderentes ao cenário econômico atual.

Ato contínuo, submeta-se à apreciação dos Conselhos Administrativo e Fiscal, conforme registrado em Ata. Sendo dada a devida publicidade, através da publicação no Portal da Transparência.

Paragominas, 19 de Janeiro de 2026.

Presidente: 
Carmelina Felix de Moraes Brandão
Portaria n° 019/2025
CP RPPS CGINV I 749543219792901

Membro: 
Dário Barbosa Pinheiro
Portaria n° 019/2025

Membro: 
Edilene Nunes Sousa Costa
Portaria n° 019/2025



Ofício



Ofício Nº. 37/2026/DIR/IPMP

Paragominas-PA, 28 de janeiro de 2026.

Ilmo Sr. **Ednaldo Colares da Silva**

Presidente do Conselho Administrativo do IPMP

Presidência do Conselho Administrativo

Assunto: Solicitação de reunião extraordinária para apresentação das novas diretrizes da Política de Investimento 2026 - Resolução nº 5272, de 18 de dezembro de 2025.

Senhor(a) Presidente,

A presidente do Instituto de Previdência do Município de Paragominas, no uso de suas obrigações, vem respeitosamente convocar **reunião extraordinária com o Conselho Administrativo, dia 28/01/2026, às 8h**, com a finalidade de informar e apresentar as novas diretrizes estabelecidas na Política de Investimento 2026, Resolução nº 5272, de 18 de dezembro de 2025, recentemente aprovada.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

CARMELINA FELIX DE
MORAES
BRANDAO:37678116268

Assinado de forma digital por
CARMELINA FELIX DE MORAES
BRANDAO:37678116268
Dados: 2026.01.28 17:53:04 -03'00'

Carmelina Felix de Moraes Brandão
Presidente

CONSELHO ADMINISTRATIVO/IPMP

Assunto: Análise e Aprovação da Política de Investimentos 2026 Diretrizes.

Origem: Presidência-IPMP- Ofício nº38/2026/DIR/IPMP

Relator: Danilo dos Santos Ananias (Conselheiro Administrativo/IPMP)

Data: 29\01\2026

Relatório

Resolução CMN 5.272/2025 de 18 de dezembro de 2025-Diretrizes da política de investimentos para o ano de 2026.

As aplicações de recursos nos segmentos de investimentos definidos nesta Política de Investimentos deverão ser objeto de aprovação prévia na instância superior do RPPS.

A política de investimentos tem a finalidade de delimitar os objetivos do RPPS em relação a gestão dos seus ativos, sempre adequados a legislação vigente e resoluções definidas a nível nacional.

Os investimentos do RPPS de acordo com a nova resolução CMN 5.272/2025 passam a ser enquadrados de acordo com o nível de Pró-Gestão atingido pelo instituto de previdência.

O IPMP esta enquadrado no nível 2 do Pró-Gestão, dessa forma as permissões de movimentações dos ativos passam a obedecer a correspondência ao nível vigente de acordo com a resolução CMN 5.272/2025 .

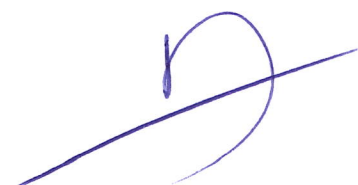
Investimentos do IPMP em fundos internacionais podem ser mantidos porém fica vedado novos aportes de acordo com a resolução CMN 5.272/2025.

A Política de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Paragominas foi construída com base em cenários macroeconômicos (nacionais e globais), no perfil de investidor do instituto e na meta atuarial.

Considerando a avaliação da conformidade legal, técnica e atuarial da Política de Investimentos para o exercício de 2026, de acordo com a CMN 5.272/2025, objetivando por segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

Considerando que a política de Investimentos observa os limites da Resolução CMN 5.272/2025, garantindo a segregação dos recursos e o credenciamento das instituições financeiras.

A estratégia de investimentos prevê a alocação em renda fixa e renda variável, respeitando o perfil de risco do instituto. Diante das projeções macroeconômicas de 2026, a meta de rentabilidade é factível, focando em segurança e diversificação da carteira de investimentos do IPMP para a proteção do patrimônio.



Referente a gestão de riscos o documento define claramente os procedimentos para desenquadramento e monitoramento de riscos na gestão financeira.

O instituto adota o modelo de gestão próprio, utilizando consultoria externa e comitê de investimentos para a tomada de decisão.

Conclusão

Diante do exposto, manifesto parecer favorável à APROVAÇÃO da Política de Investimentos para o exercício de 2026 e suas diretrizes, considerando-a segura, transparente e em conformidade com a legislação vigente.



Danilo dos Santos Ananias
Conselheiro Administrativo/IPMP



Resolução Conselho Administrativo

Resolução Administrativa N.º: 1/2026

Aprova Política de Investimentos para 2026, do Comitê de Investimentos - COINVEST, do IPMP - Instituto de Previdência Municipal de Paragominas. O CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPMP - Instituto de Previdência Municipal de Paragominas, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 116 da Lei nº 884, de 26 de maio de 2015, e;

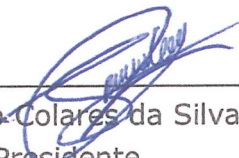
CONSIDERANDO o que foi deliberado pelo Conselho Administrativo em sua reunião extraordinária realizada em 29 de Janeiro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado a Política de Investimentos a ser seguida pelo Comitê de Investimentos do IPMP - COINVEST em 2026, na forma do texto anexo, o qual fica fazendo parte integrante e inseparável desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Paragominas-PA, 29 de janeiro de 2026.



Ednaldo Colares da Silva
Presidente

PROTOCOLO DE ENTRADA		
Nº: 21/2026 - 29/01/2026 10:07:50		
Origem:	Destinatário	
SELO	IPMP	
ADMINISTRATIVO		
	Descrição:	Folhas:
Resolução	RESOLUÇÃO ADM. 01/2026	1
Elaborado por: MARIA APARECIDA		





Conselho Administrativo

Ata de Reunião Extraordinária 3/2026

Aos 29 (Vinte e nove) dias do mês de Janeiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 08:00 (oito) horas, conforme convocação feita pela presidente do Instituto de Previdência do Município de Paragominas - IPMP, através do ofício nº37/2026/DIR/IPMP para apresentar as novas diretrizes da política de investimentos 2026 - Resolução nº 5272, de 18 de dezembro de 2025. Foi iniciada um momento para repasse de informações com a empresa Diblase, através do Sr. Paulo Diblase que informou que o instituto não poderá fazer investimentos no exterior, mas pode manter aqueles que já estão investidos no momento. Informa que a referida normativa promove atualizações relevantes no que se refere às estratégias de alocação dos recursos, aos critérios de diversificação e mitigação de riscos, bem como ao fortalecimento das práticas de governança, controle e transparência na gestão dos investimentos previdenciários, visando maior segurança, sustentabilidade e aderência aos objetivos atuariais do regime. Ao ser encaminhado a versão atualizada da política de investimentos para conhecimento, análise e acompanhamento por parte do conselho, ficando sob relatoria do conselheiro Danilo Ananias que diz em seu parecer: As aplicações de recursos nos segmentos de investimentos definidos nesta Política de Investimentos deverão ser objeto de aprovação prévia na instância superior do RPPS. A política de investimentos tem a finalidade de delimitar os objetivos do RPPS em relação a gestão dos seus ativos, sempre adequados a legislação vigente e resoluções definidas a nível nacional. Os investimentos do RPPS de acordo com a nova resolução CMN 5.272/2025 passam a ser enquadrados de acordo com o nível de Pró-Gestão atingido pelo instituto de previdência. O IPMP esta enquadrado no nível 2 do Pró-Gestão, dessa forma as permissões de movimentações dos ativos passam a obedecer a correspondência ao nível vigente de acordo com a resolução CMN 5.272/2025. Investimentos do IPMP em fundos internacionais podem ser mantidos porém fica vedado novos aportes de acordo com a resolução CMN 5.272/2025. A Política de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Paragominas foi construída com base em cenários macroeconômicos (nacionais e globais), no perfil de investidor do instituto e na meta atuarial. Considerando a avaliação da conformidade legal, técnica e atuarial da Política de Investimentos para o exercício de 2026, de acordo com a CMN 5.272/2025, objetivando por segurança, rentabilidade, solvência e liquidez. Considerando que a política de Investimentos observa os limites da Resolução CMN 5.272/2025, garantindo a segregação dos recursos e o



credenciamento das instituições financeiras. A estratégia de investimentos prevê a alocação em renda fixa e renda variável, respeitando o perfil de risco do instituto. Diante das projeções macroeconômicas de 2026, a meta de rentabilidade é factível, focando em segurança e diversificação da carteira de investimentos do IPMP para a proteção do patrimônio. Referente a gestão de riscos o documento define claramente os procedimentos para desenquadramento e monitoramento de riscos na gestão financeira. O instituto adota o modelo de gestão próprio, utilizando consultoria externa e comitê de investimentos para a tomada de decisão. Diante do exposto, manifesto parecer favorável à APROVAÇÃO da Política de Investimentos para o exercício de 2026 e suas diretrizes, considerando-a segura, transparente e em conformidade com a legislação vigente. Colocado em discussão, os demais conselheiros seguem o relator. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada e assinada pelos presentes.

Paragominas-PA, 26 de janeiro de 2026.

Dário Barbosa Pinheiro
Secretario(a)
CP RPPS CODEL I 644514253052807

Ednaldo Colares da Silva
Presidente
CP RPPS CODEL I 420917879752801

Heidiane Silva de Araujo Ferreira
Membro
CP RPPS CODEL I 350015824242808

Elis Sandra Morais Pinheiro
Membro
CP RPPS CODEL I 599614940272901

Danilo Dos Santos Ananias
Membro
CP RPPS CODEL I 069725670722801

Raydson Vieira da Cunha
Membro
CP RPPS CODEL I 696558728632811



Declaração

Declaro para os devidos fins de direito que, o **Conselho Administrativo do IPMP** esteve reunido em sessão Extraordinária no dia 26 de janeiro de 2026 na sala de reunião do Instituto de Previdência Social dos servidores Públicos Municipais-IPMP. Estiveram presentes os seguintes conselheiros:

- Dário Barbosa Pinheiro - Secretario(a)
- Ednaldo Colares da Silva - Presidente
- Heidiane Silva de Araujo Ferreira - Membro
- Elis Sandra Moraes Pinheiro - Membro
- Danilo Dos Santos Ananias - Membro
- Raydson Vieira da Cunha - Membro

E por ser verdadeiro assino a presente declaração.

Paragominas-PA, 26 de janeiro de 2026.


Ednaldo Colares da Silva

Presidente

*correção da data
reunião ocorreu dia 29/01/2026*

PROTOCOLO DE ENTRADA
Nº: 22/2026 - 29/01/2026 10:09:24
Emitente: Destinatário
SELHO IPMP
ADMINISTRATIVO
Descrição: ATa DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 3/2026 Folhas: 3
Emitido por: MARIA APRECIDA



Comitê de Investimento

Ata de Reunião Extraordinária 2/2026

Aos vinte e nove dias do mês de Janeiro de 2026 às 8h:00min reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do IPMP – COINVEST – -Carmelina Felix de Moraes Brandão - CP RPPS: CGINV I: 749543219792901 - Presidente, Edilene Nunes Sousa Costa e Dário Barbosa Pinheiro CP RPPS: CGINV 644514253053001 - Membros, onde todos os membros citados são nomeados pela Portaria Municipal Nº 019/2025, para o acompanhamento da Política de investimentos 2026, objetivando a análise do cenário econômico e tomada de decisões.

A presidente do Comitê iniciou a reunião disponibilizando aos demais membros do Comitê a minuta da Política de Investimentos 2026. Nos relatórios de investimentos citados estão demonstrando o desempenho da carteira no final do período. O Comitê constatou a posição da carteira em 31 de dezembro de 2026, com um PL investido no valor de R\$ 377.931.310,38 (Trezentos e setenta e sete milhões, novecentos e trinta e um mil, trezentos e dez reais e trinta e oito centavos), alocados em 34 (trinta e quatro) fundos de investimentos, conforme relatório do período em anexo, que contém as informações extraídas dos extratos bancários, com indicadores dos resultados obtidos, investimentos estes adequados com as normas específicas do Conselho Monetário Nacional – CMN – (Resolução 3922/2010). No mês de DEZEMBRO a carteira atingiu, RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO 16,48%, META ATUARIAL PROJETADA:10,59%, META ATUARIAL ALCANÇADA: 9,37%, ATING DA META = 175,89%, META ANUAL PROJETADA DA POLITICA DE INVESTIMENTOS: 10,59% META ALCANÇADA DO ANO: 16,48%, e uma rentabilidade em real de 3.622.675,25(cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, trezentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos)e a porcentagem de 0,9466%.

As aplicações apresentaram retorno positivo no mês de dezembro/2025, considerando o cenário econômico e a diversificação dos investimentos. O Copom manteve a taxa de juro SELIC em 15% ao ano pela quarta vez consecutiva. Reflete ainda um cenário marcado por incertezas externas, além de riscos fiscais domésticos. O IPCA de novembro registrou alta de 0,18%. No acumulado do ano, o índice soma 3,92%, com expectativa de encerrar o ano próximo ao teto. No acumulado de 12 meses 4,46%. No cenário externo, o FED enfatiza que a inflação segue acima da meta de 2%, o que exige cuidado na condução da Política Monetária. Ao longo do mês, os títulos de renda fixa representados pelo índice IRF-M, apresentaram rendimento de 0,30%, enquanto os títulos indexados à inflação, representados pelo índice IMA-B, apresentaram rendimento de 0,40%. A bolsa brasileira, por sua vez, representada pelo índice Ibovespa, apresentou valorização de 1,29%. Já o CDI, experimentou um rendimento de 1,22%. A Bolsa Americana, representada pelo índice S&P 500, apresentou queda de -0,05%, enquanto o dólar (PTAX) teve valorização de 3,16% no mês, cotado a R\$ 5,50.



RESUMO DAS CLASSES E SEGMENTOS

a) RENDA FIXA: TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS. Fundos da família IRF-M estão com taxas de juros médias aproximadas entre 13,15% e 14,98% ao ano. Fundos da família IRF-M, IRF-M 1+ e IMA-B 5+ capturam taxas de juro mais elevadas a médio prazo, embora sujeitos a maiores oscilações. Os fundos CDI (referenciados) e IRF-M1 (hum) propiciam maior estabilidade de retorno, em patamares competitivos de rentabilidade.

b) RENDA VARIÁVEL (AÇÕES): o mercado de renda variável apresenta janelas de oportunidades para compras de ações a médio prazo, desde que efetuadas de forma ordenada, com estratégias distintas, formando diversificação de carteira. Importante manter posição no segmento, com perfil de longo prazo, compatível com a duração do passivo previdenciário.

c) EXTERIOR: Aplicações no segmento "Exterior" funcionam como mecanismo de diversificação da carteira, com menor correlação com o mercado doméstico. Importante avaliar as diferentes estratégias dos produtos oferecidos para o correto entendimento dos mecanismos de geração de valor para a carteira de investimentos, inclusive em relação ao comportamento da taxa de câmbio.

d) ROTAÇÃO DA CARTEIRA: Neste cenário de oscilações de preços e na rentabilidade nos produtos, importante o equilíbrio das carteiras de investimentos. Distribuição os recursos de acordo com perfil de risco estabelecido nas Políticas de Investimentos, de acordo com a duração do passivo previdenciário, com a calibragem de curto, médio e longo prazo. O desenho abaixo ilustra os produtos de investimento e os seus respectivos ciclos de maturação (captura dos melhores retornos).

Portanto, não havendo mais nada a ser tratado, a presidente do Comitê de Investimentos, deu por encerrada a reunião às 10h:00min do mesmo dia, e lavrei a presente ata que vai ser assinada por mim e pelos demais membros do Comitê de Investimentos do IPMP(COINVEST) presentes na reunião, a qual, por determinação da presidente será encaminhada ao Conselho Fiscal e Administrativo do IPMP, bem como, o respectivo parecer de análise emitido nesta mesma data.

Paragominas-PA, 29 de janeiro de 2026.

Dário Barbosa Pinheiro
Membro

Edilene Nunes Sousa Costa
Membro

Carmelina Félix de Moraes Brandão
CPF: 749543219792901

Carmelina Felix de Moraes Brandão



Presidente
CP RPPS CGINV I 749543219792901


Carmelina Félix de Moraes Brandão
CP RPPS CGINV I: 749543219792901

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. MUN. DE
PARAGOMINAS-IPMP
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Resolução Conselho Administrativo

Resolução Administrativa N.º: 1/2026

Aprova Política de Investimentos para 2026, do Comitê de Investimentos - COINVEST, do IPMP- Instituto de Previdência Municipal de Paragominas. O CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPMP – Instituto de Previdência Municipal de Paragominas, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 116 da Lei nº 884, de 26 de maio de 2015, e;

CONSIDERANDO o que foi deliberado pelo Conselho Administrativo em sua reunião extraordinária realizada em 29 de Janeiro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado a Política de Investimentos a ser seguida pelo Comitê de Investimentos do IPMP -COINVEST em 2026, na forma do texto anexo, o qual fica fazendo parte integrante e inseparável desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de 30/01/2026

EDNALDO COLARES DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Eliene Carvalho de Souza
Código Identificador:D0184D30

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará no dia 02/02/2026. Edição 3934
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/famep/>